

Semiótica

Texto

02



Apresentação

Se uma semântica das instâncias de discurso é possível, é justamente porque o ato de discurso é, em si mesmo, produtor de significância. Esse sentido discursivo é ativado na apropriação da língua pela enunciação, nessa atualização pela qual todas as novas articulações significantes assim produzidas serão chamadas de atuais.

O projeto da semiótica do discurso está assim delimitado: a enunciação carrega em si uma semiose em ato e é dessa semiose que deve a semiótica do discurso tratar.

Escolher o ponto de vista do discurso em ato é, na verdade, mais do que observar e segmentar unidades mínimas: é escolher observar a maneira pela qual a práxis semiótica esquematiza nossa experiência para fazer dela linguagens.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Aproveite a leitura.
Obrigado.

Do signo ao discurso

Na história das teorias da significação, ao final do século XIX, com Peirce, e no começo do século XX, com Saussure, nasce uma nova disciplina, a *semiótica*, que se ocupa da tipologia dos signos e dos sistemas de signos. Entretanto, hoje, essa disciplina orienta-se fortemente em direção a uma teoria do discurso e volta seu interesse para os *conjuntos significantes*.

Este capítulo propõe reexaminar as teorias do signo sob essa nova ótica. O que se pode conservar das teorias da significação na perspectiva de uma semiótica do discurso? O que acontece quando se coloca entre parênteses a questão das unidades mínimas da significação? E quando se substitui tal questão pelo problema dos conjuntos significantes e dos atos que produzem os discursos? Chega-se, então, à conclusão de que a percepção e a sensibilidade ressurgem nos estudos semióticos.

1. SIGNO E SIGNIFICAÇÃO

Na grande diversidade de concepções sobre o sentido, ao menos uma constante delinea-se: distingue-se quase sempre a significação como produto, como relação convencional ou já estabelecida, *da significação em ato, da significação viva*, que parece sempre ser mais difícil de apreender. Entretanto, apesar da dificuldade, é a segunda perspectiva que nós escolheremos, pois o campo de exercício empírico da Semiótica é o discurso, e não o signo: a unidade de análise é um texto, seja ele verbal ou não-verbal.

As teorias do signo, examinadas dessa perspectiva, fazem surgir quatro propriedades principais da significação. De Saussure aproveitaremos somente, de um lado, a *coexistência de dois "mundos"*, o mundo interior dos significados e o mundo exterior dos significantes, e, de outro, a definição da significação

como *sistema de valores*. Ademais, de Peirce, aproveitaremos, sobretudo, a primazia do interpretante, isto é, do *ponto de vista que orienta a visada** sobre o sentido, e a importância do fundamento, que *impõe os limites de um domínio de pertinência* na apreensão da significação.

2. PERCEPÇÃO E SIGNIFICAÇÃO

Os dois planos da linguagem substituem, a partir de agora, as duas faces do signo. Sejam quais forem os nomes que se lhes dê, os dois planos da linguagem são separados por *um corpo perceptivo que toma posição* no mundo do sentido, que define, graças a essa tomada de posição, a fronteira entre o que será da ordem da expressão (o mundo exterior) e o que será da ordem do conteúdo (o mundo interior). É também esse corpo que reúne esses dois planos em uma mesma linguagem.

Portanto, **o sensível e o inteligível** estão irremediavelmente ligados no ato que reúne os dois planos da linguagem. A semiótica do discurso, assim como as ciências cognitivas, não pode mais ignorar a interação do sensível e do inteligível. Na verdade, a *formação das categorias* e a *significação em ato* são elas próprias submetidas ao regime do sensível. A semântica do protótipo ensina-nos, entre outras coisas, que pode haver “*estilos*” de categorização, e nós mostraremos que a diferença entre esses diferentes estilos repousa sobre o peso que eles atribuem, respectivamente, ao sensível e ao inteligível.

* N.T.: No decorrer de toda a obra, as traduções adotadas para “*viser*” (verbo), “*visé(e)*” (adj.) e “*visée*” (subs.) serão, respectivamente, “*visar*” (como verbo transitivo direto), “*visado(a)*” e “*visada*”, salvo nos casos em que o vocábulo “*viser*”, desprovido de sua especificidade metalingüística, venha a ser empregado como expressão corrente da língua, no sentido exclusivo de “*ter por fim ou objetivo*”. Com isso, busca-se evidenciar a espessura teórica desses termos, originários do vocabulário da fenomenologia e muito frequentes, sobretudo, nas traduções francesas de Edmund Husserl e em alguns textos de Maurice Merleau-Ponty.

1. Signo e Significação

1.1. A diversidade das abordagens sobre o sentido

1.1.1. SENTIDO, SIGNIFICAÇÃO E SIGNIFICÂNCIA

Dispõe-se de três termos para designar os fenômenos semióticos em geral: *sentido*, *significação* e *significância*.

1.1.1.1. O *sentido*

O *sentido* é, em primeiro lugar, uma *direção*: dizer que um objeto ou uma situação tem um sentido é, na verdade, dizer que eles *tendem a algo*. Essa “tendência a” e essa “direção” muitas vezes foram interpretadas, erroneamente, como pertencentes à *referência*. Na realidade, a referência é apenas uma das direções do sentido. Outras direções são possíveis. Por exemplo, um texto pode tender a sua própria coerência e é isso que nos faz compreender o seu sentido; ou, ainda, uma forma qualquer pode tender a uma forma típica já conhecida e é isso que nos permitirá atribuir-lhe um sentido. Portanto, o *sentido* designa um efeito de direção e de tensão mais ou menos conhecível, produzido por um objeto, uma prática ou uma situação quaisquer.

O *sentido* é, afinal, a matéria amorfa da qual se ocupa a semiótica, que se esforça para organizá-la e torná-la inteligível. Tal “matéria” (*purport*, na obra de L. Hjelmslev em inglês) pode ser de natureza física, psicológica, social ou cultural. Todavia essa matéria não é nem inerte e nem somente submissa às leis do mundo físico, psicológico ou social, já que ela é trespassada por tensões e direções que constituem, do mesmo modo, apelos à significação, pressões ou resistências para um interpretante. A condição mínima para que uma “matéria” qualquer produza um efeito de sentido identificável é, portanto, que ela possua o que nós chamaremos, daqui em diante, uma *morfologia intencional*.

1.1.1.2. A *significação*

A *significação* é o produto organizado pela análise. É o caso, por exemplo, do conteúdo de sentido atribuído a uma expressão a partir do momento em

que essa expressão foi isolada (por segmentação) e que se verificou que esse conteúdo lhe é especificamente inerente (por comutação). Portanto, a *significação* diz respeito a uma unidade, não importa qual seja seu tamanho – lembremos que para nós a unidade ideal é o discurso –, e repousa na relação entre um elemento da expressão e um elemento do conteúdo. Por isso, fala-se sempre em “significação de... algo”.

Conseqüentemente, dir-se-á que a *significação*, por oposição ao *sentido*, é sempre *articulada*. De fato, na medida em que ela é somente reconhecível após sua segmentação e comutação, só se pode apreendê-la por meio das relações que a unidade isolada mantém com as outras unidades, ou que sua *significação* mantém com outras *significações* disponíveis para a mesma unidade. Assim como a noção de “direção” é indissociável do *sentido*, a noção de *articulação* é, por definição, relacionada à *significação*.

Por muito tempo reduziu-se a noção de articulação à noção de *diferença* e, até mesmo, de diferença entre unidades descontínuas. Entretanto, esse é somente um dos casos possíveis. Por exemplo: uma categoria semântica como o *calor* é uma categoria gradual, e seus diferentes graus (isto é: *frio/gelado*) distinguem-se sem necessariamente opor-se. Um exemplo mais preciso: se o gradiente é orientado, a *significação* de alguns de seus graus, por exemplo, *morno*, será diferente no caso de o gradiente ser orientado positivamente para o *quente* (*morno* é então pejorativo) ou positivamente para o *frio* (*morno* é então meliorativo). Vê-se que a *significação* depende da *polarização* de um gradiente. Além disso, segundo a cultura e a língua, às vezes até mesmo de acordo com o discurso em questão, a posição relativa do pólo frio ou quente muda. Desse modo, o grau *morno* aparecerá como mais próximo do pólo frio ou do pólo quente. Se se percorre o gradiente no sentido de sua polaridade, do negativo para o positivo, encontra-se então um *limiar* que determina o surgimento do grau *morno*. Portanto, os tipos de articulações significantes são bem diversos: oposições, hierarquias, graus, limiares e polarizações.

1.1.1.3. A *significância*

A *significância* designa a globalidade dos efeitos de sentido em um conjunto estruturado, efeitos estes que não podem ser reduzidos aos das unidades que compõem o conjunto. Portanto, a *significância* não é a soma das *significações*. Este termo teve numerosas acepções, especialmente psicanalíticas, cujo valor operatório é dificilmente controlável. Entretanto ele suscita principalmente

uma questão de método: deve-se conduzir a análise das unidades menores em direção às maiores ou o contrário? O conceito de *significação*, em sentido restrito, corresponderia à primeira opção, e o de *significância*, à segunda opção.

O termo *significância* não é quase mais utilizado, pois ele pressupõe uma hierarquia que não é mais pertinente hoje em dia. Na verdade, essa hierarquia se justificaria somente em um contexto científico no qual ainda se acreditasse que o sentido das unidades determina o sentido dos conjuntos mais amplos que as englobam. A escolha que fizemos, que foi por uma semiótica do discurso, obriga-nos a considerar que a significação global, a do discurso, rege a significação local, a significação das unidades que o compõem. Mostraremos, por exemplo, como a orientação discursiva impõe-se à própria sintaxe das frases. Isso não significa, entretanto, que a microanálise não tenha mais pertinência, mas que ela deve simplesmente permanecer sob o controle da macroanálise.

Como hoje não se acha mais muita gente que acredite que o “local” determina o “global”, o termo *significação* adquiriu agora, na maior parte dos casos, uma acepção genérica, englobando o termo *significância*. É dessa forma que nós vamos empregá-lo.

1.1.2. SEMIÓTICA E SEMÂNTICA

Benveniste propunha distinguir duas dimensões da significação: a dimensão das unidades da língua, de tipo convencional, fixada pelo uso ou pelo sistema da língua, e a dimensão do discurso, isto é, das realizações lingüísticas concretas, dos conjuntos significantes, produzidos por um ato de enunciação. A dimensão *semiótica* corresponderia, segundo ele, à relação convencional que liga o sentido das unidades da língua e sua expressão morfológica ou lexical, e a dimensão *semântica* equivaleria à significação das enunciações concretas, assumidas por “instâncias de discurso”.

Essa distinção não foi adotada pela comunidade dos lingüistas, que reservam a denominação *semântico* ao estudo dos conteúdos em si, especialmente no domínio lingüístico, e a denominação *semiótico* ao estudo dos processos significantes em geral. Contudo a questão formulada é ainda atual: como se viu anteriormente, além das relações entre o “local” e o “global”, é a questão das duas formas de abordagem da linguagem que surge neste

momento. De um lado, uma abordagem estática, que só diz respeito às unidades instituídas, estocadas em uma memória coletiva sob a forma de um sistema virtual; de outro, uma abordagem dinâmica, isto é, sensível aos atos e às operações e que diz respeito à significação “viva” produzida pelos discursos.

A semiótica originária dos trabalhos de Peirce também propôs distinguir a *semântica* (significação das unidades), a *sintaxe* (as regras de combinação das unidades) e a *pragmática* (a manipulação das unidades e de suas combinações por sujeitos e para sujeitos individuais e coletivos em situação de comunicação). A solução é diferente, mas a questão abordada é idêntica: o discurso é simplesmente uma “concretização”, uma “apropriação individual” das unidades instituídas e organizadas em sistemas ou, na verdade, ele comporta suas próprias regras e seus próprios efeitos de sentido? No entanto, se adotamos o ponto de vista do discurso em ato, a distinção entre *semântica*, *sintaxe* e *pragmática* revela-se pouco pertinente do ponto de vista do método. De fato, é preciso que, tendo considerado de perto as operações enunciativas, possamos irradiar suas conseqüências na sintaxe e na semântica do discurso. Portanto, nessa perspectiva, elas não podem ser tratadas separadamente.

1.1.3. POR QUE ESCOLHER?

A solução que consiste em separar a questão do sentido em duas ou três dimensões de significação não pode ser mais do que uma solução provisória, uma solução histórica necessária, mas que se depara rapidamente com questões que ela tem alguma dificuldade em resolver. Por exemplo: todos estão de acordo com a distinção do “sentido na língua” de uma unidade e de seu “sentido no discurso”. Essa distinção não acarreta problemas insuperáveis enquanto o “sentido no discurso” for uma das acepções possíveis do “sentido na língua”; dir-se-ia, então, que o discurso seleciona uma das acepções da palavra. No entanto, o que acontece quando as duas significações não coincidem mais? Evidentemente, um “sentido no discurso” que não está previsto na língua exige um esforço de interpretação suplementar e um outro procedimento de interpretação, diferente daquele que consiste somente em extrair interpretações de um estoque virtual, mas igualmente possível e legítimo. Muito freqüentemente, mas não necessariamente, essa nova acepção é produzida por uma figura de retórica. Acontece até mesmo de algumas dessas acepções retornarem à língua, por exemplo, sob a forma de catacrese (o *bico* da chaleira, a *asa* da xícara).

Essa última observação indica claramente o nível de pertinência das distinções que mencionamos até agora: trata-se de procedimentos de codificação e decodificação das linguagens, operação fácil ou difícil, automatizada ou mais elaborada, conforme o sentido das unidades seja ou não conhecido. Contudo essas distinções, entre as várias modalidades de codificação e decodificação das linguagens, não nos dizem nada sobre o *processo de significação* em si, como ele é concretizado pelos atos do discurso.

Além do mais, o raciocínio não deve, quanto a isso, embasar-se somente na linguagem verbal, que dispõe de um vasto estoque de formas codificadas, pois, a partir do momento em que se consideram as linguagens não-verbais – gestuais, visuais etc. –, realmente se é obrigado a admitir que nelas o papel da *invenção*, pelo discurso, das expressões e de sua significação é bem maior, pois, do ponto de vista da organização das unidades no sistema, as linguagens estão longe de ser homogêneas. Se podemos estabelecer as “línguas” de uma linguagem verbal, estamos bem longe de fazer o mesmo no que diz respeito à pintura, à ópera ou à gestualidade em geral, que, no entanto, são igualmente práticas significantes. A dúvida que resta é se esse inventário, que consistiria em estabelecer o sistema das unidades providas de sentido, tem alguma pertinência no caso das linguagens não-verbais. E, mesmo assim, caso houvesse tal inventário, seria preciso esperar ainda alguns séculos, se não alguns milênios, antes que a necessidade de uma tradução entre sistemas – como foi o caso do sistema oral e do sistema escrito – originasse uma segmentação estável das unidades e a produção de gramáticas satisfatórias.

A abordagem dos fenômenos de significação pelo viés dos signos (as unidades mínimas) fez escola. Ela se revelou pouco operatória, pois, uma vez as unidades-signos estabelecidas, era preciso inventar suas combinações e especialmente a associação entre canais sensoriais estranhos uns aos outros. Tal abordagem conduziu ao atomismo e também a vertiginosas classificações (em uma carta a Lady Welby, Peirce comemora o fato de poder reduzir (!) as 59.049 classes de signos aritmeticamente calculáveis a 66 classes realmente pertinentes). Além disso, essa abordagem é um fator de dispersão da disciplina e de seus métodos: sendo a integração de todas as classes de signos em um só discurso no momento da análise particularmente árdua, os estudos semióticos tendem, nesse caso, a especializar-se segundo a classe de signos em questão (semiótica literária, semiótica pictural, semiótica do cinema etc.).

Por outro lado, as ciências da linguagem em seu conjunto orientam-se na direção de uma formalização das operações e dos processos, e a Semiótica toma parte nesse movimento. A semiótica peirciana, atualmente, dá mais ênfase ao “percurso interpretativo” do que à classificação dos signos. A semiótica do discurso caminha para a exploração dos atos fundamentais, especialmente a predicação e a assunção, mais do que para a classificação qualitativa ou estatística dos predicados e dos substantivos correspondentes. Globalmente, essa nova preocupação está voltada para a *práxis*, *práxis semiótica* ou *práxis enunciativa*.

Apresentaremos a seguir, de maneira sucinta, as principais teorias do signo, tanto de Saussure quanto de Peirce, segundo a perspectiva que escolhemos, que é a de uma teoria do discurso, com a finalidade de chegar a uma teoria da significação sintética que extrapolaria a simples segmentação dos signos.

1.2. As teorias do signo

1.2.1. O SIGNO SAUSSURIANO

O signo é composto, segundo Saussure, por duas faces, o *significante* e o *significado*. O *significante* é definido como uma “imagem acústica” e o *significado*, como uma “imagem conceitual”. O primeiro toma forma, enquanto expressão, a partir de uma substância sensorial ou física; o segundo, enquanto conteúdo, forma-se a partir de uma substância psíquica. No entanto, assim que são reunidos em um só signo, eles adquirem tão-somente um estatuto semiótico, e suas propriedades sensoriais, físicas e psíquicas não são mais levadas em consideração.

A relação entre as duas faces do signo é chamada de “necessária” ou “convencional”, isto é, ela é fundada em uma pressuposição lógica, que não é, de modo algum, tributária das suas propriedades substanciais originais. Além disso, essa relação é totalmente determinada pelo “valor” do signo, ou seja, pelas diferentes oposições que seu significante e seu significado mantêm com os outros significantes e os outros significados da mesma língua. Do ponto de vista sincrônico – em um determinado estado da língua –, esse valor é imutável. Em contrapartida, do ponto de vista diacrônico, isto é, do

ponto de vista da história dos diferentes estados da língua, a ligação que contraem as duas faces do signo pode, até mesmo, desfazer-se completamente ao longo dessa evolução.

A noção de *sistema* decorre diretamente da definição de “valor” lingüístico, pois se o valor de um signo depende de uma rede de oposições, e se essa rede de oposições deve ser, para cada signo, sincronicamente estável, isso significa que o conjunto da rede de oposições de todos os signos forma um sistema estável. Ele só tem uma existência virtual, exceto nas gramáticas e nos dicionários, mas está à disposição dos usuários da língua a qualquer momento. Segundo Saussure, a lingüística tem, portanto, como missão o estudo desse *sistema de valores*.

De uma outra forma, Jean-François Bordron colocou em evidência, após Saussure, a irreduzível *dualidade dos valores*: no âmbito econômico, por exemplo, o valor de um bem avalia-se ao mesmo tempo em relação ao conjunto de outros bens em circulação em um dado momento e em relação aos diferentes momentos de sua história. Em lingüística, essa dualidade do valor conduz à distinção entre os funcionamentos “sincrônico” e “diacrônico” das línguas. Em semiótica narrativa, o valor é tanto uma diferença semântica quanto uma diferença que, determinando a relação entre os sujeitos e os objetos narrativos, organiza a sintaxe da narrativa e o devir dos actantes.

Falar em *sistemas de valores* é, portanto, invocar ao mesmo tempo as relações que definem os valores de cada unidade do sistema e as regras que determinam a evolução global desse sistema, e, conseqüentemente, a evolução do valor de cada uma de suas unidades.

As noções de *sistema* e de *valor*, as quais não se podem separar da questão do signo em Saussure, impõem a exclusão do “referente”: a coisa real ou imaginária à qual o signo remete não é conheável lingüisticamente. Essa exclusão é, na maior parte das vezes, apresentada como uma decisão metodológica e epistemológica. Excluir o referente mundano é conferir à lingüística um objeto próprio enquanto ciência – e sua autonomia enquanto disciplina. Todavia a posição de Saussure a respeito do referente é, na verdade, uma conseqüência de sua definição de signo, pois o mesmo se dá com todas as propriedades substanciais das duas faces do signo que são, sem ter relação com o referente, no entanto, excluídas da mesma maneira: de fato, o sistema de valores não pode nos dizer nada também sobre essas propriedades. A ligação entre o signo e seu referente é chamada *arbitrária* – poder-se-ia chamá-la, da mesma forma, *contingente*. Isso

significa que o sistema de valores não tem nenhuma explicação satisfatória: assim, uma ligação considerada ininteligível é dada como arbitrária. Ainda assim, notemos que a ligação não é intrinsecamente ininteligível, arbitrária e contingente, e que é o ponto de vista adotado, nesse caso o ponto de vista do signo e do valor, que torna a referência inapreensível.

Considerando, em seguida, estender sua reflexão a outros tipos de signos que não somente os das línguas naturais, Saussure esboça o projeto de uma *semiologia* que englobaria a lingüística propriamente dita. Nela, encontrar-se-ia não somente significantes cuja substância física seria diferente daquela da linguagem verbal, mas também signos cuja relação fundadora não seria “necessária” ou “convencional”, como, por exemplo, os sistemas de signos visuais.

Nesse ponto, vê-se que, reservando-se um papel secundário à definição e à delimitação das unidades, a questão tratada por Saussure pode ser reduzida a dois pontos essenciais:

(1) *a relação entre a percepção e a significação*. A partir de nossas percepções emergem significações; nossas percepções do mundo “exterior”, de suas formas físicas e biológicas, produzem *significantes*. A partir de nossas percepções do mundo “interior”, conceitos, afetos, sensações e impressões formam-se os *significados*;

(2) *a formação de um sistema de valores*. Os dois tipos de percepções entram em interação, e essa interação define um sistema de posições diferenciais, sendo cada posição caracterizada segundo os dois regimes de percepção: o conjunto é chamado, então, *sistema de valores*.

Paralelamente à teoria do signo, uma teoria da significação vem à tona em Saussure. Essa teoria, especialmente por meio da noção de “imagem” (imagens acústicas, visuais, mentais e psíquicas), está enraizada na percepção. O percurso que vai da *substância à forma*, do qual se reteve apenas o resultado final, é, de fato, o percurso que vai do mundo sensível ao mundo significante.

1.2.2. O SIGNO PEIRCIANO

Enquanto Saussure concebia o signo como pressuposição recíproca entre duas faces distintas, Peirce o definia, desde o princípio, por uma relação assimétrica: *aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém*. Geralmente se diz que o signo saussuriano é diádico (duas

faces, um significante e um significado) e o signo peirciano, triádico. Contudo, examinando atentamente a definição proposta pelo próprio Peirce, constata-se que ela contém, de fato, *quatro elementos*: (1) “aquilo” que representa (2) “algo” (3) para “alguém” e (4) sob “certo modo” ou “aspecto”. Correntemente se diz também que, enquanto Saussure excluiu o referente da definição do signo e, por conseguinte, da lingüística e da semiologia, Peirce reservaria ao referente um papel essencial. Essa citação, muito breve, não nos permite avaliar bem a questão. Olhemos mais de perto essa definição em sua totalidade:

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do *representâmen*. (2.228)*

Façamos as contas: (1) *representamen*, (2) *objeto*, (3) *interpretante*, (4) *fundamento*. Chegamos a quatro termos, aos quais, às vezes, se acrescentam a distinção entre *objeto dinâmico* (o objeto como ele é visado pelo *representamen*) e o *objeto imediato* (o que é selecionado no objeto pelo interpretante), o que resulta, por fim, em um total de cinco elementos.

O funcionamento do signo pode ser resumido da seguinte forma: um *objeto dinâmico* (objeto ou situação percebidos em toda sua complexidade) entra em relação com um *representamen* (aquilo que o representa), mas isso apenas de um certo ponto de vista (*sob certo aspecto ou modo*) designado aqui como *fundamento*. Esse ponto de vista, ou *fundamento*, seleciona no *objeto dinâmico* um de seus aspectos pertinentes chamado *objeto imediato*, e a reunião do *representamen* e do *objeto imediato* é feita “em nome de”, ou “para”, ou “graças a” um quinto elemento, o *interpretante*.

* N.T.: Emprega-se, aqui, a tradução de José Teixeira Coelho Netto, publicada na coletânea *Semiótica* (São Paulo: Perspectiva, 1995). A indicação “2.228” corresponde a “volume 2, parágrafo 228”, sua localização nos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (Cambridge: Harvard University Press, pp.1931-58). Ao contrário da tradução de Teixeira Coelho, seguindo o que parece ser um consenso entre os comentadores de Peirce no Brasil, *representamen* será grafado ao longo deste texto sem acento circunflexo.

Ainda que o *objeto dinâmico* pudesse ser tomado por um “referente”, vê-se na verdade que ele só está implicado na semiose por meio da mediação do *fundamento* e do *objeto imediato*.

Umberto Eco chega a elevar esse número a seis elementos: (1) o *fundamento* oferece, por um lado, um ponto de vista sobre o *objeto dinâmico*, mas delimita, de outro, o conteúdo de um *significado*; (2) o *objeto imediato* é, por um lado, selecionado no *objeto dinâmico* pelo *fundamento* e interpretado, de outro, pelo *interpretante*; (3) o *objeto dinâmico* motiva, devido a sua morfologia, a escolha do *representamen*, que, ele mesmo, associado ao *interpretante*, permite que dele se depreenda o *significado*. Eco termina por reduzir o conjunto a três elementos, decretando que *fundamento*, *significado* e *interpretante* são uma única e mesma coisa!

Essas poucas observações convidam à prudência: (1) o signo peirciano só comporta três elementos para aqueles entre seus exegetas que assim o decidiram; (2) a obra de Peirce é tão vasta e diversa que nela muitas glosas podem coexistir. Há quem fique satisfeito em geral com algumas soluções simples, mas há quem, do mesmo modo, esteja sempre pronto a recusá-las.

No mínimo, fica bem claro que o “referente” – no sentido em que é compreendido corriqueiramente, isto é, a realidade à qual o signo remete – está ainda fora de alcance: o *objeto dinâmico* é, ao menos parcialmente, já um percepto, e o *objeto imediato*, seu aspecto pertinente, existe somente segundo uma condição semiótica, o “ponto de vista” que o *fundamento* impõe. Em suma, o objeto peirciano é somente um puro artefato suscitado no espírito de um sujeito por um *representamen*, e, como precisa Eco, o objeto dinâmico é somente um *conjunto de possibilidades* submetido a uma *instrução semântica*. Quanto ao objeto imediato, ele não é mais do que uma imagem mental do precedente, e ainda uma imagem empobrecida no sentido em que somente uma parte das possibilidades é retida por ele e apresentada ao espírito. O mundo visado, na concepção peirciana do signo, é um conjunto virtual de possibilidades, ou um mundo percebido, ou ainda uma parte extraída de um mundo categorizado. Isso significa que o referente, se há referente, já é um universo organizado e submetido a determinações modais, perceptivas e categoriais. A teoria peirciana do signo não nos coloca a par nem da emergência de uma significação nova nem de seu acabamento e fixação; ela não apreende nada além de um momento de uma vasta semiose sem fim, sem origem e sem horizonte.

Conseqüentemente, se a questão da segmentação das unidades mínimas é colocada entre parênteses, observa-se imediatamente que a concepção peirciana do signo formula também a questão das relações entre a percepção e a significação, mas as considerando, de algum modo, “no movimento” que a segunda suscita a partir da primeira, e não como instâncias bem delimitadas. De fato, dois elementos sensíveis, o *representamen* e o *objeto dinâmico*, são submetidos a um princípio de seleção recíproca: o *representamen* só pode ser associado ao *objeto* sob o controle de um *interpretante*, ao passo que o *objeto* só pode ser associado ao *representamen* segundo um certo ponto de vista, o *fundamento*.

Nos dois casos, essa seleção das relações pertinentes apresenta-se como um *direcionamento do fluxo de atenção*. No primeiro caso, o *interpretante* (aquilo que é finalmente visado pelo conjunto do processo) indica *para qual direção* a escolha do *representamen* deve conduzir a significação. No segundo, o *fundamento* (aquilo a partir do que o objeto é apreendido) indica *o que se deve reter do objeto dinâmico*.

Esse direcionamento do fluxo de atenção pode ser compreendido, de um lado, como (1) a indicação de uma direção e de uma tensão, que já definimos como uma *intencionalidade*, suscitada por uma *morfologia*, e, de outro, como (2) a definição de um domínio de *pertinência*.

Essas operações de direcionamento semiótico correspondem, no caso da primeira opção, à tensão intencional, à *visada* e, no caso da segunda, à delimitação do domínio de pertinência, à *apreensão*. A *visada*, aqui, diz respeito ao eixo *representamen–objeto imediato–interpretante*, ao passo que a *apreensão* diz respeito ao eixo *objeto dinâmico–fundamento–objeto imediato*. A *visada* e a *apreensão*, independentemente da perspectiva peirciana e a partir de um ponto de vista mais amplamente fenomenológico, são as duas operações elementares graças às quais a significação pode emergir da percepção.

Mas nos faltam ainda duas condições essenciais para que se possa falar de significação discursiva: de um lado, o corpo, lugar das percepções e das emoções e centro do discurso; e, de outro, o valor, os sistemas de valor sem os quais a significação não produz nada de *inteligível*.

2. Percepção e Significação

2.1. Elementos para recordar

O estudo atento das teorias do signo fornece preciosas informações sobre a maneira pela qual a significação toma forma a partir da sensação e da percepção. Com efeito, descartando-se tudo o que busca a segmentação das unidades-signos nessas teorias, resta, todavia, um conjunto de propriedades que parecem pertinentes na perspectiva do discurso, mas que devem agora sofrer algumas modificações. São elas:

- (1) a separação e a coexistência de dois mundos sensíveis, o mundo exterior e o mundo interior;
- (2) a escolha de um ponto de vista (*visada*), que guia e direciona o fluxo de atenção, sob o controle de uma morfologia intencional;
- (3) a delimitação de um domínio de pertinência para o processo significante (*apreensão*);
- (4) a formação de um sistema de valores, graças à reunião dos dois mundos que formam a semiose.

2.2. Os dois planos de uma linguagem

2.2.1. EXPRESSÃO E CONTEÚDO

A partir do momento em que a perspectiva do signo é abandonada, é a perspectiva das linguagens, tais como aparecem nos discursos, que toma seu lugar. Uma linguagem é a articulação de ao menos duas dimensões chamadas *plano da expressão* e *plano do conteúdo*, que correspondem, respectivamente, ao que designamos até agora de “mundo exterior” e “mundo interior”.

Essa mudança de denominação merece alguns comentários. A fronteira entre o “exterior” e o “interior” não é preestabelecida, não é a fronteira de uma “consciência”, mas simplesmente a fronteira que um ser vivo instaura cada vez que atribui uma significação a um acontecimento, uma situação ou um objeto. Se, por exemplo, dou-me conta de que as mudanças de cor de uma fruta podem estar relacionadas com o seu grau de amadurecimento, tais

mudanças pertencerão ao plano da expressão, e o grau de amadurecimento, ao plano do conteúdo. Entretanto eu posso, do mesmo modo, relacionar o grau de amadurecimento com uma das dimensões do tempo, a duração, e, nesse caso, o grau de amadurecimento pertence ao plano da expressão, e o tempo, ao plano do conteúdo.

Em seus *Prolegômenos*, Hjelmslev defende que a diferença entre expressão e conteúdo não é “operatória”, pois ela é instável, determinada, e não determinante, estando sempre por ser estabelecida e fixada a cada análise. Portanto, a questão desloca-se um pouco: ao invés de repousar sobre a existência presumida dos dois planos da linguagem, ela recai sobre a maneira pela qual a fronteira é instituída entre eles.

Essa “fronteira” não é nada mais do que a posição que o sujeito da percepção atribui-se no mundo quando ele se põe a apreender seu sentido. A partir dessa posição perceptiva, delineiam-se um domínio interior e um domínio exterior entre os quais o diálogo semiótico vai instaurar-se. No entanto, nenhum elemento, com a exceção dessa tomada de posição do sujeito, é destinado a pertencer mais a um domínio que a outro, já que a posição da fronteira decorre, por definição, da posição de um corpo que, para se apropriar do mundo significante, desloca-se *ad libitum*.

Algumas linguagens, especialmente as verbais, são organizadas por línguas, em que a separação da expressão e do conteúdo parece estável e fixada de antemão. Contudo basta levar em consideração o que acontece nos textos para constatar que outras relações semióticas são igualmente pertinentes, e que os “conteúdos” figurativos, por exemplo, podem tornar-se expressões para conteúdos narrativos e simbólicos. Além disso, no caso das linguagens não-verbais, chega-se somente com grande dificuldade a fixar os limites de uma “gramática da expressão”: cada realização concreta desloca, de fato, a fronteira entre o conteúdo e a expressão.

Tal concepção poderia sugerir que a semiose, cujo operador estaria sempre em deslocamento entre dois mundos em que a fronteira é negociada ininterruptamente, é uma função inapreensível. No entanto ela só é inapreensível na perspectiva de uma teoria do signo – o que pode explicar por que as semiologias dos anos 1960 tão freqüentemente debruçaram-se sobre sistemas de comunicação rígidos e normativos, como os faróis de trânsito. Pode-se também compreender por que as semiologias não-verbais eram então postas

à sombra da semiologia lingüística, a única que parecia, à época, apreensível, por meio de convenções gramaticais e lexicais e que, por isso, se tornou, talvez um pouco rápido demais, o modelo de todas as outras.

Entretanto, segundo a perspectiva do discurso em ato, embasada em uma teoria do campo do discurso e em uma teoria da enunciação, a “tomada de posição” que determina a separação entre expressão e conteúdo torna-se o primeiro ato da instância de discurso pelo qual ela instaura seu campo de enunciação e sua dêixis. Essa “tomada de posição” declina-se em dois atos, como já sugerimos anteriormente: de um lado, a *visada*, que dirige e orienta o fluxo de atenção; e, de outro, a *apreensão*, que delimita o domínio de pertinência. *Fluxo, direção, orientação, fronteira, campo e domínios*, eis os conceitos operatórios que permitem descrever a “tomada de posição” e que passam a ocupar o lugar da simples “pressuposição recíproca” constatada *a posteriori* entre a expressão e o conteúdo.

2.2.2. EXTEROCEPTIVIDADE E INTEROCEPTIVIDADE

É possível – para fazer menção a uma antiga proposição de Greimas (em *Semântica estrutural*) – nomear ainda de outra forma esse dispositivo constituído pelos dois planos da linguagem, adotando decididamente uma posição favorável ao “perceptivo”. O plano da expressão será então chamado *exteroceptivo*, o plano do conteúdo, *interoceptivo*, e a posição assumida pelo sujeito da percepção, *proprioceptiva*, pois se trata, de fato, da posição de seu corpo imaginário ou *corpo próprio*.*

O *corpo próprio* é um invólucro sensível (uma fronteira) que determina, assim, um domínio interior e um domínio exterior. Seja qual for o lugar em que se desloca, ele determina, no mundo no qual toma posição, uma clivagem entre *universo exteroceptivo*, *universo interoceptivo* e *universo proprioceptivo*; entre a percepção do mundo exterior, a percepção do mundo interior e a percepção das modificações do próprio invólucro-fronteira. Portanto, a cada nova posição, o corpo reconfigura a série “intero-extero-propriocepção”.

* N.T.: No original, “*le corps propre*”. Adotou-se em português – em mais um esforço de continuidade entre o vocabulário filosófico e a metalinguagem semiótica que o absorveu – a solução preconizada por muitos dos tradutores de Maurice Merleau-Ponty, a exemplo de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, em sua tradução de *Fenomenologia da percepção* (São Paulo, Martins Fontes, 1994).

Logo, para que haja significação, deve-se supor um mundo de percepções, no qual o *corpo próprio*, ao tomar posição, instala globalmente duas *macrosemióticas*, cuja fronteira pode sempre se deslocar, mas que tem cada uma sua forma específica. De um lado, a *interoceptividade* produz uma semiótica que tem a forma de uma língua natural, e, de outro, a *exteroceptividade* produz uma semiótica que tem a forma de uma *semiótica do mundo natural*. A significação é, portanto, o ato que reúne essas duas macrosemióticas, e isso graças ao *corpo próprio* do sujeito da percepção, *corpo próprio* que tem a propriedade de pertencer simultaneamente às duas macrosemióticas de que se vale para sua “tomada de posição”.

De acordo com a perspectiva da enunciação, o corpo próprio é tratado como um simples ponto, um centro de referência para a dêixis. Mas, na perspectiva das lógicas do sensível, por exemplo, ele será tratado como um invólucro, sensível às demandas e aos contatos vindos seja do exterior (sensações), seja do interior (emoções e afetos). Em outros contextos, ele será considerado como uma carne sensível e motora, cuja plasticidade dinâmica permite-lhe ajustar-se às morfologias sensíveis do mundo natural ou que lhes adaptem a ele.

A partir dessas considerações, a reflexão sobre a “função semiótica” leva a uma verdadeira semiótica do corpo significante. E o corpo próprio não é mais, nesse caso, um simples denominador comum (o “termo neutro” do par “exteroceptivo/interoceptivo”), mas um operador semiótico complexo, cujas múltiplas facetas (ponto-referência, invólucro-memória, carne-movimento) têm funções bem distintas.

Se se pode falar em “macrosemióticas” é porque elas já são articuladas. É inútil, de fato, perguntar-se “como as coisas começaram”: estamos imersos em um mundo que já é significante; nele, nós mesmos somos a “parte interessada”, e as percepções que temos são elas também uma forma semiótica. No entanto, cada vez que “tomamos posição” nesse mundo, cada vez que o submetemos a um ponto de vista, revivemos o ato a partir do qual toda significação toma forma.

2.2.3. A ISOMORFIA DOS DOIS PLANOS

Hjelmslev chama a atenção para o fato de que os dois planos da linguagem devem ser heterogêneos, mas isomorfos: por um lado, seus conteúdos devem ser heterogêneos, por outro, suas formas devem permitir a sobreposição.

Quando a vermelhidão significa apenas “vermelhidão”, não há nisso novidade alguma; se, em contrapartida, a vermelhidão significa “amadurecimento”, nosso saber sobre o mundo deu um passo. Entretanto a heterogeneidade dos conteúdos não deve impedir a reunião das duas “macrosemióticas”: a seqüência da gradação cromática deve ser, portanto, *isomorfa* à seqüência do grau de amadurecimento.

O isomorfismo não é conferido, mas, sim, construído pela reunião dos dois planos da linguagem. A prova disso é que um conjunto de elementos, que pode entrar em contato com vários outros conjuntos, mudará de forma a cada nova associação. A cor – ainda ela – pode ser relacionada com o amadurecimento, com a emoção, com a circulação rodoviária (os faróis de trânsito) etc. Isso não significa que esses diferentes conjuntos podem ser eles mesmos sobrepostos entre si: a cada nova aproximação, um novo “isomorfismo” é definido. É por isso que a gradação cromática não é a mesma quando expressa o amadurecimento e a emoção. Do mesmo modo, o nível de emoção não será o mesmo quando expresso pela cor ou pela gestualidade.

Função semiótica é o nome da reunião dos dois planos da linguagem, que estabelece seu “isomorfismo”. Antes que eles sejam reunidos, a relação dos dois planos pode ser qualificada de *arbitrária*, mas isso não faz muito sentido já que essa relação não é, no caso, uma das relações entre todas as possíveis, que são em número infinito. Em suma, o “arbitrário” é somente o efeito de nossa incapacidade de nos situarmos no interior de uma infinidade de combinações possíveis, e, no final das contas, a confissão de nossa impotência em compreender o que acontece de fato. Depois de reunidos, a relação entre os dois planos é chamada *necessária*, na medida em que eles não podem significar um sem o outro. Porém, também nesse caso, a partir do momento em que nos lembramos de que a fronteira entre os dois mundos desloca-se sem parar, com o corpo próprio, devemos concordar que se trata de uma “necessidade” bem provisória e que ela só tem valor, na melhor das hipóteses, em um discurso particular e, ainda, pela posição que o define. Considerando um outro ponto de vista, pode-se pensar que a “necessidade” que está em jogo é que produz a *tomada de posição do corpo próprio*, no qual ela “reduz” provisoriamente a gama de possíveis a um só. A “ligação necessária” entre expressão e conteúdo é, afinal, somente um efeito de sentido *a posteriori* dessa redução.

2.3. O sensível e o inteligível

2.3.1. A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS DE VALORES

2.3.1.1. A *presença*, a *visada* e a *apreensão*

Perceber algo – antes de reconhecer esse *algo* como uma figura pertencente a uma das macrossemióticas – é perceber mais ou menos intensamente uma *presença*. De fato, antes de identificar uma figura do mundo natural, ou ainda uma noção ou um sentimento, percebemos (ou “pressentimos”) sua presença, ou seja, algo que, por um lado, ocupa uma certa posição (relativa a nossa própria posição) e uma certa extensão e que, por outro lado, nos afeta com alguma intensidade. Algo, em suma, que orienta nossa atenção, que a ela resiste ou a ela se oferece.

Eis o mínimo necessário para poder falar-se em *presença*.

A presença, qualidade *sensível* por excelência, é, portanto, uma primeira articulação semiótica da percepção. O afeto que nos toca, essa intensidade que caracteriza nossa relação com o mundo, essa tensão em direção ao mundo, tem relação com a *visada intencional*. Em contrapartida, a posição, a extensão e a quantidade caracterizam os limites e as propriedades do domínio de pertinência, ou seja, as propriedades da *apreensão*. Logo, a presença põe em causa as duas operações semióticas das quais nós já havíamos falado: a *visada*, mais ou menos intensa, e a *apreensão*, mais ou menos extensa. Em termos peircianos, vale lembrar, a visada caracteriza o *interpretante*, e a apreensão, o *fundamento*. De uma forma mais abrangente, elas são as duas modalidades do *direcionamento do fluxo de atenção*.

Entretanto, um sistema de valores só pode ganhar corpo quando nele surgem diferenças e essas diferenças formam uma rede coerente: é a condição do *inteligível*.

2.3.1.2. O inteligível e os valores

Se partirmos da apreensão sensível de uma qualidade – ainda a cor vermelha, por exemplo –, as experiências de Berlin e Kay, entre outras, mostram-nos que nós nunca percebemos o vermelho, mas uma determinada posição em uma gama de vermelhos, posição que identificamos como mais ou menos vermelha que as outras. Como se podem constituir “valores” nessas

condições? É necessário – e suficiente – que duas gradações dessa cor sejam relacionadas a dois graus de uma outra percepção, como o gosto das frutas que têm essa cor, por exemplo. Somente assim poderemos dizer que há uma *diferença* entre as gradações da cor, bem como entre as gradações do gosto. Então, o *valor* de uma nuance da cor será definido por sua posição, ao mesmo tempo, em relação às outras nuances da cor e em relação às diferentes “nuanças” do gosto.

Voltemos à simples *presença*: quando percebemos uma variação da intensidade da presença, ela permanece insignificante até que possamos relacioná-la a uma outra variação. Mas, assim que as variações de intensidade são associadas a uma mudança de distância, por exemplo, a diferença é instaurada, e nós podemos até mesmo dizer o que está acontecendo: algo se aproxima ou recua em profundidade. O espaço da presença torna-se, então, inteligível, e nós podemos *enunciar* (*predicar*) suas transformações.

Globalmente, o sistema de valores resulta, desse modo, da intersecção de uma visada e de uma apreensão – uma visada que guia a atenção para uma primeira variação, chamada *intensiva*, e uma apreensão que relaciona essa primeira variação a uma outra, chamada *extensiva* – e delimita, assim, os contornos comuns de seus respectivos domínios de pertinência.

2.3.2. A FORMA E A SUBSTÂNCIA

Os desenvolvimentos anteriores contribuem para tornar mais claras as relações entre a substância e a forma. Hjelmslev tornou mais precisa a teoria de Saussure insistindo no fato de que os dois planos reunidos em uma função semiótica eram, de início, *substâncias*. Afetivas ou conceituais, biológicas ou físicas, essas substâncias correspondem, *grosso modo*, às “imagens acústicas” e às “imagens conceituais” de Saussure. Contudo sua reunião, graças à função semiótica, converte-as em *formas*: *forma da expressão* e *forma do conteúdo*.

Fica claro, agora, como o processo de formação de valores que evocamos anteriormente corresponde exatamente à passagem da substância à forma. A substância é sensível – percebida, sentida, pressentida –; a forma é inteligível – compreendida, significativa. A substância é lugar das tensões intencionais, dos afetos e das variações da extensão e da quantidade; a forma é o lugar dos sistemas de valores e das posições interdefinidas.

Do ponto de vista da Lingüística propriamente dita, na medida em que ela se interessa exclusivamente pelos sistemas de valores que constituem as línguas, e também do ponto de vista de uma Semiologia que só se interessava pelos signos isoláveis e bem formados, nem a substância nem a passagem da substância à forma merecem atenção. Mas, para *uma semiótica do discurso*, na qual se interpreta e se reinterpreta ininterruptamente a “cena primitiva” da significação, ou seja, a emergência do sentido a partir do sensível, essas questões tornam-se primordiais.

Além do mais, opor a substância à forma não deve levar a imaginar – ainda que os próprios termos o permitam – que tudo o que é do domínio da substância é “informe”. A substância também tem uma forma – uma “forma” científica ou uma “forma fenomenológica” –, mas essa forma não é resultado da reunião de dois planos. Conseqüentemente, a Semiótica enquanto tal não está apta a reconhecê-la – há outras disciplinas que dela se ocupam e é preciso saber interrogá-las, se for o caso. De um ponto de vista semiótico, considera-se, em geral, que essas formas preliminares são *esquematisações*, no sentido empregado por Kant: a diversidade das substâncias sensíveis é submetida a uma pressão que as estabiliza e que lhes confere identidade e regularidade.

Por fim, a fronteira entre a substância e a forma, segundo Hjelmslev, assim como a fronteira entre *objeto dinâmico* e *objeto imediato*, segundo Peirce, pode ela também se deslocar. E não poderia ser de outra maneira, já que a fronteira entre o plano da expressão e o do conteúdo desloca-se, como defendemos até agora. Cada vez que a fronteira entre a expressão e o conteúdo se desloca, novas correlações entre formas aparecem e abortam as formas precedentes. Logo, a maior ou menor estabilidade da fronteira entre forma e substância depende da memória da análise, bem como de sua progressão. Convenhamos: essa fronteira depende do ponto de vista adotado pelo analista e, por conseguinte, da posição que ele mesmo se atribui em sua análise.

2.3.3. POR UMA SIGNIFICAÇÃO SENSÍVEL

Dissemos há pouco que as definições de aparência lógica propostas para descrever a função semiótica, a saber, o *arbitrário* e a *necessidade* (função às vezes definida como *pressuposição recíproca*), não eram exatamente definitivas nem muito operatórias. Certamente elas fundaram, nos anos 1940 e 1950, a

consistência de um objeto de conhecimento – o que não é pouco – em um universo intelectual no qual a lógica matemática era um modelo a ser imitado. No entanto, ainda que essas definições sejam parcialmente válidas, elas não oferecem um ponto de partida satisfatório para uma semiótica do discurso.

A dimensão sensível e perceptiva parece-nos mais rica em ensinamentos. Recapitulemos: os dois universos semióticos são discriminados pela tomada de posição de um corpo próprio. As propriedades desse corpo próprio, que podem ser designadas globalmente pelo termo *proprioceptividade*, pertencem, ao mesmo tempo, ao universo interoceptivo e ao universo exteroceptivo. Portanto, a reunião entre esses dois universos, com o objetivo de fazê-los significar conjuntamente, é possibilitada pelo terceiro universo, em particular pelo fato de ele pertencer aos dois outros ao mesmo tempo.

O corpo próprio faz desses dois universos os dois planos de uma linguagem. Que essa operação resulte em uma pressuposição recíproca, isso não tem grande interesse diante desta última proposição: o corpo sensível está no centro da função semiótica e o corpo próprio é o operador da reunião dos planos das linguagens.

A simples fórmula *a semiose é proprioceptiva* tem grandes repercussões. A mais evidente, no momento, está contida nesta nova proposição: *se a função semiótica é tão proprioceptiva quanto é lógica, então a significação é tão afetiva, emotiva e passional quanto conceitual ou cognitiva*. Nesse sentido, outras repercussões surgirão, especialmente nos capítulos consagrados ao discurso e à própria dimensão sensível.

2.3.4. OS ESTILOS DE CATEGORIZAÇÃO

Uma das capacidades fundadoras da atividade de linguagem é a capacidade de “categorizar” o mundo, de classificar seus elementos. Não se pode, de fato, conceber uma linguagem que seria incapaz de gerar *tipos*, já que lhe seria preciso uma expressão para cada ocorrência. As linguagens, inclusive a linguagem não-verbal, manipulam tipos de objetos (por exemplo, uma mesa de escritório qualquer), e não ocorrências (uma mesa particular que se encontre no escritório). Somente o discurso poderá, sucessiva ou paralelamente, graças ao ato de referência, evocar esta ou aquela ocorrência do tipo a fim de colocá-la em cena.

No domínio da imagem, por exemplo, a necessidade de fazer referência a tipos visuais foi, durante muito tempo, confundida com a necessidade de denominar os objetos representados. A imagem de uma árvore não é a imagem de uma árvore porque eu posso chamá-la de “árvore”, mas porque ela se aproxima de um tipo visual que é aquele da árvore. Do mesmo modo, se eu reconheço uma forma arredondada elíptica não é porque eu posso chamá-la de “elipse”, mas porque eu nela reconheci o tipo visual da elipse. Alguém que não conhecesse seu nome e que fosse, por exemplo, obrigado a utilizar uma perífrase (“forma redonda alongada”) não reconheceria com mais dificuldade o tipo visual.

O Grupo μ , por exemplo, mostrou claramente, em seu *Traité du Signe Visuel* [*Tratado do signo visual*], que as alterações de um “tipo visual” podiam, sob certas condições, remeter ora a uma visão “idiossincrática”, ora a operações retóricas, ora a coerções de um gênero.

A *formação dos tipos* é, de certa forma, um outro nome para *categorização*. É a formação das classes e das categorias que uma linguagem manipula. Ela concerne a todas as dimensões da linguagem: à percepção, ao código e ao sistema. No entanto a categorização atua particularmente no âmbito do discurso, especialmente porque ela organiza a instauração dos “sistemas de valores”. Nesse sentido, a formação de tipos e a categorização interessam-nos diretamente na medida em que elas se tornam *estratégias* no interior da atividade do discurso. A categorização em ato obedece mais ou menos ao percurso que estabelecemos progressivamente: a esquematização estabiliza a diversidade sensível, uma instância toma posição e visa os resultados de tal ato e, depois, apodera-se de um domínio para articulá-lo.

Ora, a *semântica do protótipo* ensina-nos, por outro lado, que não há somente um modo de formar categorias de linguagem. Intuitivamente – e porque a abordagem estrutural faz parte implicitamente de nossa maneira de pensar –, pode-se achar que somente é possível a busca por propriedades e traços comuns, chamados “traços pertinentes”, como o famoso “para sentar-se” (*com encosto, com três ou quatro pés, com apoio etc.*) de Bernard Pottier, modelo de todas as análises sêmicas e que designa o traço comum da categoria “assento”. A formação da categoria recai, nesse caso, sobre a identificação desses traços comuns, sobre seu número e sobre sua distribuição entre os membros da categoria. O que é visado são os traços pertinentes, e o que é apreendido é a zona na qual eles são distribuídos.

Uma visão mais vaga dessa abordagem pode ser considerada. Imaginemos um conjunto de parentes: as semelhanças que permitem reconhecê-los são distribuídas desigualmente – o filho assemelha-se ao pai, que se assemelha à tia, que se assemelha à mãe, que se assemelha ao filho etc. Cada semelhança difere da seguinte, não há mais nada em comum entre o primeiro e o último elemento da cadeia, e, entretanto, a ligação de cada indivíduo ao conjunto não deixa muitas dúvidas. Essa rede de traços desigualmente distribuídos, de modo que nenhum prevaleça na definição global do tipo familiar, repousa sobre o que, a partir de Wittgenstein, convencionou-se chamar *semelhança de família*. O que é visado aqui é o laço de parentesco; o que é apreendido é uma rede de semelhanças locais.

Mas pode-se também organizar uma categoria em torno de uma ocorrência particularmente representativa, de uma amostra mais visível ou mais facilmente detectável do que todas as outras e que possui ela só todas as propriedades que são apenas parcialmente apresentadas em cada um dos outros membros da categoria. O uso freqüente que fazemos da *antonomásia* confirma essa hipótese: “Ele é um Maquiavel”. A formação da categoria repousa, nesse caso, sobre a escolha da *melhor amostra possível*. Visam-se propriedades distribuídas, apreende-se um “representante”.

No mesmo sentido, a ocorrência escolhida para caracterizar o tipo pode ser também a mais neutra, aquela que só possui as poucas propriedades comuns a todas as outras. Percebe-se bem como essa tendência atua na denominação dos utensílios de cozinha. Por exemplo, para se preparar um filé, a *frigideira* será indispensável para uns, para outros será a *chapa*.^{*} A formação do tipo repousa, nesse caso, sobre a escolha de um *termo de base*.

Não há substância que se preste por natureza a esta ou aquela categorização. É o ato de categorização, em suma, a “estratégia” que o anima, que determinará a forma da categoria (*centralizada* ou *distribuída*), suas fronteiras (*abertas* ou *fechadas*), sua organização interna (*em cadeia*, *em grupo*, *em família* etc.), assim como suas relações com as categorias vizinhas. Essa

* N.T.: O autor joga com os sentidos de “*casserole*” (panela) e “*marmite*” (caldeirão), recipientes, segundo o original francês, para “o cozimento dos alimentos” que são empregados muitas vezes indiscriminadamente na realização de um prato. Outro exemplo empregado pelo autor é a designação de “utensílios elétricos de cozinha” como “robôs”, forma pela qual os franceses se referem a batedeiras, liquidificadores etc.

questão concerne diretamente à maneira pela qual as culturas “recortam” e organizam seus objetos para deles fazer objetos de linguagem. Ela concerne também ao discurso em ato na medida em que ele também segmenta e categoriza os universos figurativos para, em seu interior, definir sistemas de valores. Eis por que podemos falar em *estilos de categorização*.

Os quatro grandes “estilos” que seguem repousam, inicialmente, sobre escolhas perceptivas, mais precisamente sobre a maneira pela qual é percebida e estabelecida a relação entre o tipo e suas ocorrências: ou a categoria é percebida como uma extensão, uma distribuição de traços, uma *série* (composta por um ou vários traços comuns) ou uma *família* (composta por um “ar de família”), ou então ela é percebida como a reunião de seus membros em torno de apenas um dentre eles (ou em torno de uma de suas espécies), ao redor do qual ela forma um *agregado* (composto em torno de um termo de base) ou uma *fila* (no sentido de “líder da fila”,* atrás do qual todos se alinham, o melhor exemplar).

Para cada uma dessas escolhas, na seqüência, a categoria pode nos proporcionar, devido a sua própria morfologia, um sentimento de unidade forte ou fraco. No caso da *fila* e da *série*, o sentimento de unidade é forte; no caso do *agregado* e da *família*, ele é mais fraco.

Em suma, os “estilos de categorização” definem os modos de presença do tipo na categoria. O tipo pode apresentar-se como tendo uma extensão difusa ou concentrada, com uma intensidade sensível forte ou fraca. O quadro a seguir resume essas considerações:

		EXTENSÃO	
		Concentrada	Difusa
INTENSIDADE	Forte	<i>Melhor amostra</i> <i>(Fila)</i>	<i>Rede de traços comuns</i> <i>(Série)</i>
	Fraca	<i>Termo de base neutro</i> <i>(Agregado)</i>	<i>Semelhança de família</i> <i>(Família)</i>

* N.T.: No original, “*chef de file*”, que equivale simplesmente a “líder”.

Na medida em que o discurso em ato refere-se tanto a ocorrências quanto a tipos constituídos, em um ir e vir permanente, na medida em que ele predica e/ou assume sem parar novas categorias e novos sistemas de valores, o conhecimento desses “estilos” de categorização torna-se necessário para elaborar uma semiótica do discurso. No entanto, os *estilos de categorização* só podem ser eles próprios estabelecidos se se coloca a formação dos sistemas de valor sob o controle das modulações da *presença* perceptiva e sensível, isto é, se se leva em conta de maneira explícita o controle que a percepção exerce sob a significação.

Além do mais, por caracterizarem a maneira pela qual são formados os sistemas de valores, os estilos de categorização determinam, simultaneamente, o valor nas suas duas dimensões: (1) enquanto posição em um conjunto de relações e (2) enquanto diferença no devir desse sistema.

Por exemplo, se a escolha incide sobre a estratégia do *agregado* (em torno de um termo de base), o devir do sistema é limitado ao movimento entre a “particularização” e a “generalização”, conforme o nível de especificação do termo de base: o valor em devir será, portanto, avaliado em termos de *especificação*. Se a escolha incide sobre a estratégia da *fila* (por meio do melhor exemplar), o devir do sistema será avaliado em termos de *representatividade*. No caso da *série* (por meio dos traços comuns), o devir do sistema se averigua em graus de *coerência*, conforme o número de traços comuns aumenta ou diminui. Por fim, se se opta pela *família*, o devir do sistema depende da densidade das semelhanças e relações locais, sendo, portanto, avaliado em termos de *coesão*.

Quando se evoca a *coerência* de um texto, visa-se, portanto, o número e a recorrência de traços partilhados e distribuídos; quando se evoca sua *coesão*, em contrapartida, é a maior ou menor densidade de ligações locais que está em jogo: anáforas locais, reiterações temáticas, concordâncias e morfemas descontínuos, blocos rítmicos e rimas fonéticas ou semânticas. Em suma, a escolha de um estilo de categorização, devido à dualidade do valor, é também uma escolha de “estilo sintagmático”.